



CARTA DE APRESENTAÇÃO DO BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025.

O Banco Crédito Agricole Brasil S.A., sociedade constituída em 23 de fevereiro de 1990, com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9º andar, São Paulo, Brasil, apresenta por meio desta carta, com o intuito de atendimento às normas do regulador, a relação de documentos elencados na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022, divulgada pelo Banco Central.

I. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração do Resultado;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- ✓ Demonstração de Fluxo de Caixa;
- ✓ Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- ✓ Parecer do Auditor Independente; e
- ✓ Relatório da Administração sobre os negócios e perspectivas.

Os documentos relacionados estão de acordo com as disposições aplicáveis às demonstrações financeiras semestrais e acompanham o disposto na Resolução BCB nº 2, de 02 de agosto de 2020, divulgado pelo Banco Central.

II. DATA-BASE

A data-base dos dados divulgados nos relatórios elencados no item anterior é de 30 de junho de 2025.

III. DA DIVULGAÇÃO

As Demonstrações Financeiras do Banco Crédito Agricole Brasil S.A., do período base de 30 de junho de 2025, foram divulgadas no *site* da Companhia em 30 de setembro de 2025, disponível no sítio eletrônico: www.ca-cib.com/pt-br/brasil.

Atenciosamente,

Diretor Presidente: Giliane Coeurderoy

Contador Responsável: Felipe Mendes da Silva



CRÉDIT AGRICOLE
CORPORATE & INVESTMENT BANK

Toute une banque pour vous

Banco Crédito Agricole Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE

FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

Índice

Relatório da Administração	3
1. Contexto operacional	13
2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	13
3. Sumário das principais políticas contábeis materiais	15
4. Aplicações interfinanceiras de liquidez	23
5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24
6. Valor justo dos instrumentos financeiros	29
7. Operações de crédito	30
8. Provisão para perdas esperadas de crédito	31
9. Outros ativos	31
10. Transações com partes relacionadas	32
11. Passivos financeiros ao custo amortizado	33
11.1 Depósitos	33
11.2 Obrigações por operações compromissada	33
11.3 Recursos de aceites e emissão de títulos	33
11.4 Resultado de operações de captações no mercado aberto	33
11.5 Obrigações por empréstimos e repasses	34
12. Outros passivos	35
13. Patrimônio Líquido	35
14. Receita de prestação de serviços	36
15. Despesas de pessoal	36
16. Outras despesas administrativas	36
17. Despesas tributárias	36
18. Outras receitas operacionais	37
19. Outras despesas operacionais	37
20. Resultado não recorrente	37
21. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	37
22. Imposto de renda e contribuição social	38
23. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros	40
24. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital	40
25. Eventos subsequentes	47

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2025 do Banco Crédit Agricole Brasil S.A., acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Estrutura Acionária

Em 30 de junho de 2025, o capital social do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. era composto por 24.289.284.928 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, ambos com sede na França.

Desempenho dos negócios

Os ativos totalizaram R\$ 20.514.841 composta principalmente, em aplicações interfinanceiras de liquidez e instrumentos financeiros e operações com características de cessão de crédito.

A carteira passiva atingiu R\$ 17.749.733 composta em obrigações por empréstimos e repasses, instrumentos financeiros derivativos e depósitos.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 2.765.108 sendo sua variação impactada, principalmente, pelo resultado do período e ajustes referente à implementação da Resolução 4.966.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. encerrou o primeiro semestre de 2025 com lucro de R\$ 55.779

Gerenciamento de riscos

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. possui uma estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capitais em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Para maiores informações, vide a nota explicativa 24.

Em 30 de junho de 2025, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 20,47%.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, ao Comitê de auditoria e aos Diretores do
BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. ("BCAB"; "Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação, nas demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução no. 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução no. 352 do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre encerrado em 30 de junho de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – adoção da Res. CMN 4.966/21

Por que é um PAA?

A entrada em vigor da Res. CMN 4.966/21, a partir de 1º de janeiro de 2025, gerou alterações significativas em critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, especialmente com relação à apuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2(b), 3(h) e 7 às demonstrações financeiras, o BCAB implementou políticas e processos que consideram a classificação dos instrumentos financeiros por estágios de risco de crédito, envolvendo expectativas de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, incluindo informações prospectivas sobre a volatilidade esperada do risco de crédito, dentre outros critérios requeridos pela norma.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria pelo fato da adoção de estimativas e julgamentos por parte da Administração para mensuração e constituição da provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Os procedimentos de auditoria incluíram os resumidos abaixo, entre outros: (a) entendimento e análise das políticas e critérios definidos pelo Banco para atendimento à Res. CMN 4.966/21; (b) entendimento e testes, com apoio de nossos especialistas em auditoria de sistemas, do desenho e da efetividade dos controles gerais de tecnologia relativamente ao sistema de apuração da provisão; (c) análises e testes de recálculo sobre os critérios de provisionamento, incluindo o modelo adotado, o processo de agravamento de riscos e definição de perdas e recuperações, análise de garantias, atrasos, alocação em estágios e demais condições previstas na Res. CMN 4.966/21 e Res. BCB 352/21; (d) testes substantivos, em base amostral, sobre entrada de dados e inspeção de documentação; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas de crédito esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com os parâmetros da Res. CMN 4.966/21, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

2. Instrumentos financeiros derivativos

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 (g) e 5.2 às demonstrações financeiras, o BCAB atua no mercado de derivativos com diversos produtos e tem por objetivo compensar variações de posições assumidas e para oferecer possibilidade de proteção a clientes, bem como operações de câmbio que são realizadas no âmbito, também, de uma atuação integrada do Banco com outras instituições ligadas ao Grupo Credit Agricole, por meio de coparticipação ou intermediação. Essas operações são mensuradas ao valor justo com base em preços, indexadores e outros parâmetros observáveis no mercado, utilizando-se modelos internos de precificação.

Devido à relevância e à natureza dessas operações e as características de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, consideramos os instrumentos financeiros derivativos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento, avaliação e teste da efetividade operacional dos controles internos relevantes que envolvem o processo de mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e controles de aprovação das operações de câmbio; (b) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas; (c) verificação da existência das operações por meio de

teste de custódia; (d) verificação de documentos e contratos, em base amostral, para confirmar a integridade das informações utilizadas para apuração do valor justo; (e) análise das principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros derivativos e reperformance de cálculo, em base amostral; (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para registro e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são razoáveis e estão apresentados adequadamente nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2025.

3. Ambiente de tecnologia da informação

Por que é um PAA?

O Banco está inserido em um ambiente de negócios altamente dependente de infraestrutura tecnológica. Possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças para seus diversos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação. Além disso, os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, possuem riscos comuns relacionados à segurança, processamento e geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Devido à importância do ambiente geral de tecnologia no contexto das operações do Banco e, conseqüentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes críticos que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os processos e controles do ambiente de tecnologia para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 25 de setembro de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:

C22A2918F3EF48E...
Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Balancos Patrimoniais Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2025
Disponibilidades	3.c	404.630
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		1.908.938
Títulos e valores mobiliários	5.1	157.112
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	1.751.826
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.719.640
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1	1.719.640
Ativos financeiros ao custo amortizado		16.204.518
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1	781.860
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c 4	5.706.246
Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.a	794.551
Outras operações com característica de concessão de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.a	8.809.018
Outros ativos financeiros	9.a	112.843
Outros ativos	9.b	9.706
Créditos tributários		255.057
Imobilizado de uso, líquido de depreciações		12.003
Intangíveis, líquidos de amortizações		349
TOTAL DO ATIVO		20.514.841

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2025
Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		15.133.835
Depósitos	11.1	1.363.168
Obrigações por operações compromissadas	11.2	550.249
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.3	159.664
Obrigações por empréstimos e repasses	11.5	13.060.754
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		1.983.780
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	1.983.780
Provisão para perda esperada		2.735
Outras provisões	12.a	225.312
Impostos diferidos		274.542
Outros passivos	12.b	129.529
Total do passivo		17.749.733
Patrimônio líquido		
Capital social	13	2.105.673
Reservas de lucros		531.249
Lucro acumulado		55.779
Outros resultados abrangentes		72.407
Total do patrimônio líquido		2.765.108
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.514.841

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Resultados e Resultados Abrangentes Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.079.724
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	7e	302.603
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.1d	471.430
Resultado com variação cambial		305.691
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(822.034)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.4	(451.379)
Operações de captações no mercado aberto	11.4	(108.277)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	11.5	(263.619)
Provisão para perdas esperadas		1.241
RESULTADO BRUTO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		257.690
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(153.155)
Receitas de prestação de serviços	14	23.786
Despesas de pessoal	15	(55.789)
Outras despesas administrativas	16	(44.353)
Despesas tributárias	17	(15.074)
Outras receitas operacionais	18	148.039
Outras despesas operacionais	19	(209.764)
RESULTADO OPERACIONAL		104.535
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20	182
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		104.717
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22a	(46.906)
Provisão para imposto de renda		(25.259)
Provisão para contribuição social		(19.190)
Ativo (passivo) fiscal diferido		(2.457)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS LUCROS		(2.032)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		55.779
Lucro líquido por ação - R\$		0,002244
		30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		55.779
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado		17.561
Ajuste a valor justo de ativos financeiros classificados como VJORA		31.929
Efeito tributário sobre marcação a mercado de ativos financeiros classificados como VJORA		(14.368)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		73.340

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Lucro / Prejuízo Acumulado	Outros resultados abrangentes	Total
		Legal	Especial de lucros	Outras Reservas			
Saldos em 31 de dezembro 2024	2.105.673	59.873	441.246	-	-	54.846	2.661.638
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	55.779	-	55.779
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	17.561	17.561
Impactos da implementação da Resolução 4.966	-	-	-	30.130	-	-	30.130
Saldos em 30 de junho 2025	2.105.673	59.873	441.246	30.130	55.779	72.407	2.765.108
Mutações do período	-	-	-	30.130	55.779	17.561	103.470

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2025
Lucro líquido do semestre	55.779
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	
Provisão / (Reversão) para perdas esperadas	(1.241)
Participações nos lucros	(2.094)
Provisão de IR e CS	28.268
IR e CS diferido	2.457
Provisão contingências fiscais e trabalhistas	2.991
Atualização monetária de contingências	257
Reversão provisão indedutível	(23.951)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos	45.713
Depreciação e amortização	2.542
Variação monetária	(1.315)
Resultado de juros não realizados	(25.779)
Lucro líquido ajustado	83.627
Variação de ativos e passivos	
(Aumento) / Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(280)
(Aumento) / Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)	(177.415)
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras (ativos/passivos)	130
(Aumento) em operações de créditos	600.786
Redução em outros créditos	7.351.168
(Aumento) / Redução em outros valores e bens	913
Aumento em depósitos	191.654
(Redução) / Aumento em obrigações por operações compromissadas	(134.397)
(Redução) / Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.064.965
(Redução) em outras obrigações	(7.845.338)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	101.451
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.181)
Total variação de ativos e passivos	1.137.456
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais	1.221.083
Atividades de investimentos	
(Aquisição) / baixas de imobilizado de uso	(515)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimento	(515)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de financiamento	-
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	1.220.568
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional no início do período	4.506.038
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional no final do período	4.401.914
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	(104.124)
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira no início do período	384.270
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira no final do período	1.708.962
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	1.324.692
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa totais	1.220.568
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa	
Juros recebidos	691.247
Juros pagos	(476.157)
Total	215.089

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. ("Banco"), com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9º andar, São Paulo, Brasil, é um banco múltiplo autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank – France, com participação acionária de 82,70% das ações ordinárias, e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, com participação de 17,30%), ambas com sede na França e controladas por 39 Caixas Regionais de Mútuo localizadas no país.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios provenientes dos serviços prestados entre essas instituições e os custos associados à estrutura operacional e administrativa são reconhecidos de maneira proporcional e fundamentada, considerando a praticidade e a razoabilidade na sua atribuição, seja de forma conjunta ou individual.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e da lei nacional nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN.

Conforme disposto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, bem como as do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 estão dispensadas da apresentação comparativa em relação aos períodos anteriores.

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. As aberturas dos saldos entre circulante e não circulante estão demonstrados nas notas explicativas.

a) Estimativas contábeis críticas e julgamentos

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para recuperabilidade de ativos (*impairment*), as provisões para perdas esperadas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Conforme previsto na Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados devido às incertezas e

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

ao nível de subjetividade envolvidos no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Banco Crédito Agricole Brasil S.A. estão relacionadas com os seguintes tópicos:

	Notas
Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	3s e 22
Provisões para Perdas Esperadas e Incorridas Associadas ao risco de Crédito	3h e 7d
Imposto de renda e contribuição social diferido	3r e 23
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	3g e 5.2

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de setembro de 2025.

b) Resolução CMN 4.966

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (“CMN”) tornou pública a Resolução 4.966 que estabelece os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo mesmo para:

- I. Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- II. Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, garantias financeiras prestadas; e compromissos de crédito e créditos a liberar que não sejam canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição, cujo contrato ou desembolso não possa ser bloqueado ou suspenso, ou que a Instituição não tenha capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte;
- III. Designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e
- IV. Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

A adoção foi prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de hedge, cuja vigência será a partir de 1º de janeiro de 2027.

Os impactos da adoção dessa norma, que estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito evidenciada na demonstração das mutações do patrimônio líquido, com seu efeito líquido dos efeitos tributários, estão demonstrados abaixo:

ATIVO	31 de dezembro de 2024	Ajustes Cosif	Ajustes de critério contábil	01º de Janeiro de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	1.765.514	358.182	(3.437)	2.120.259
Carteira de câmbio	14.958.012	(14.958.012)	-	-
Outros ativos financeiros com características de concessão de crédito	-	7.928.386	-	7.928.386
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.301)	-	(12.282)	(13.584)
Diversos	1.421.459	(1.389.022)	-	32.437
TOTAL DE AJUSTES		(8.060.466)	(15.719)	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31 de dezembro de 2024	Ajustes Cosif	Ajustes de critério contábil	01º de Janeiro de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	1.858.883	219.265	(70.501)	2.007.647
Carteira de câmbio	8.228.261	(8.228.261)	-	-
Diversas	66.307	(51.471)	-	14.837
Obrigações fiscais diferidas	130.144	-	24.652	154.304
Reservas de lucros	501.119	-	30.130	530.648
TOTAL DE AJUSTES		(8.060.466)	(15.719)	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Ajustes COSIF

Referem-se a reclassificações entre linhas do balanço patrimonial para refletir as mudanças de rubricas contábeis e características do produto, conforme seguem:

Do saldo líquido da carteira de câmbio, no valor de R\$ 6.729.751, foram realocados R\$ 190.387, referentes às operações de câmbio a liquidar, para instrumentos financeiros derivativos, e R\$ 6.539.364, referente à valores em moeda estrangeira a receber de operações de câmbio a liquidar cujo valor em reais foram adiantados aos clientes, para outros ativos financeiros com características de concessão de crédito. O valor de R\$ 51.471, realocado da linha de diversas obrigações para instrumentos financeiros derivativos, refere-se à componente da marcação a mercado destes instrumentos. O valor de R\$ 1.389.022, referente à cessão de créditos adquiridos, foi transferido da linha de diversos ativos para outros ativos financeiros com características de concessão de crédito.

Ajustes de critério contábil

Referem-se às mudanças de critérios contábeis determinados na Resolução 4.966, com impacto positivo de R\$ 30.130 no patrimônio líquido em 2025.

O valor de R\$ 73.938 refere-se à marcação a mercado da antiga carteira de câmbio, que passou a ser classificado como instrumento financeiro derivativo. O valor de R\$ 12.282 é referente à provisão de perda esperada e o valor de R\$ 24.652, referente ao efeito fiscal diferido aplicado sobre tais ajustes.

3. Sumário das principais políticas contábeis materiais

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência com base na taxa de juros efetiva da operação, observando-se o critério *pro rata die* para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Classificação de ativos e passivos financeiros

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios da instituição na gestão desses ativos, considerando as características contratuais dos fluxos de caixa de cada ativo, quais sejam:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

I - Na categoria custo amortizado, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;

II - Na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

III - Na categoria valor justo no resultado, os demais ativos financeiros.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros classificados como custo amortizado tem seus custos reconhecidos diretamente no resultado. Enquadram-se nessa classificação: depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros derivativos, por sua vez, são avaliados ao valor justo por meio do resultado.

c) Hierarquia do valor justo mensurado

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. Ambos mercados devem ser acessíveis ao Banco.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Um mercado ativo é aquele no qual as transações do ativo ou passivo que está sendo mensurado ocorrem, geralmente, com frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreamento contínuo;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Banco determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de divulgação.

Em cada data de reporte, o Banco analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis internas.

As metodologias usadas para determinação dos valores justos de instrumentos financeiros são resumidas na nota 6.

d) Taxa de juros efetiva da operação (TJEO)

Representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de originação atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas adicionais previstas em contrato.

Em conformidade com o artigo 75º da resolução 352/23 o Banco optou pela metodologia diferenciada da TJEO para os ativos financeiros, que consiste na apropriação de receitas no resultado do período, *pro rata temporis*, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual original e apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo de alta liquidez, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento, e com risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa do Banco são representados por saldos em poder de bancos e aplicações.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Em 30 de junho de 2025, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	30/06/2025
Disponibilidades	404.630
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	1
Caixa e saldos em bancos - moeda estrangeira	2.714
Depósito remunerado BACEN - moeda nacional	401.915
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4.1)	5.706.246
Aplicações financeiras - moeda nacional	3.999.998
Aplicações financeiras - moeda estrangeira	1.706.248
Total	6.110.876

f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

g) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados com base no modelo de negócio da instituição conforme características contratuais dos fluxos de caixa esperado.

Os títulos classificados como valor justo no resultado (VJR) são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização reconhecido no resultado.

Os títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e que não serão mantidos até o vencimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os respectivos efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos classificados como custo amortizado (CA) referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuros, operações a termo, operações de swap e operações de câmbio são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- Operações de swap e câmbio - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro rata até a data do balanço;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- Operações de opções – os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita e despesa no caso de não exercício;
- As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:
 - Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
 - Instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objetos de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de valor justo são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

- h) Classificação dos Instrumentos Financeiros em estágios e determinação de Provisões para Perdas Esperadas e Incorridas associadas ao risco de crédito

A Administração avalia periodicamente os ativos financeiros quanto ao nível de risco de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação ao instrumento financeiro, aos devedores e garantias, observando os parâmetros para classificação dos ativos financeiros como ativo problemático estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023.

Os ativos financeiros são classificados em 3 estágios, sendo:

- Estágio 1: Ativos não problemáticos e que mantem o risco de crédito em nível similar ou melhor em relação ao nível do reconhecimento inicial.
- Estágio 2:
 - Instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio; e
 - Instrumentos financeiros que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.
- Estágio 3: Ativos Problemáticos

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são contabilizadas desde a alocação inicial do instrumento financeiro em estágios, sendo determinadas em montante correspondente às perdas associadas ao risco de crédito. Para os Estágios 1 e 2, é considerado o conceito de Perda Esperada, enquanto para o Estágio 3 é considerado também o requerimento regulatório de Perda Incorrida (que passa a ser um componente da Perda Esperada).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

As Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito são revisadas mensalmente, ou tempestivamente quando houver novos fatos que demonstrem deterioração significativa da qualidade creditícia da contraparte, incluindo reestruturação, e realocação de estágios.

Em 30 de junho de 2025 não houve realocação de ativos financeiros entre estágios.

A metodologia interna de cálculo da Perda Esperada é compatível com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios do Banco. Esse cálculo é baseado em parâmetros da metodologia interna CACIB, incorporando aspectos locais (com destaque para risco país Brasil, cenários macroeconômicos, informações prospectivas sobre volatilidade de risco, Fator de Conversão de Crédito - FCC). Esses parâmetros são consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações internas e externas.

O Banco, enquadrado como uma instituição financeira “Segmento S3”, utiliza a metodologia completa prevista nas resoluções CMN 4.966 e BCB 352.

A movimentação das provisões para perdas esperadas e incorridas associadas ao risco de crédito no primeiro semestre de 2025 está demonstrada na nota 8.

i) Ativos problemáticos e *stop de accrual*

Ativos com problema de recuperação de crédito (Ativos Problemáticos) são definidos como aqueles com atraso superior a 90 dias ou com forte evidência de que não serão liquidados conforme pactuado. Nestes casos, o Banco interrompe a apropriação de receitas ainda não recebidas (*stop accrual*), retomando a apropriação somente após regularização.

As reestruturações de ativos problemáticos consideram concessões concedidas pelo Banco ao devedor, as quais não seriam concedidas caso o devedor não enfrentasse dificuldades financeiras severas (deterioração significativa da qualidade de risco de crédito) que o impedissem de cumprir integralmente seus compromissos financeiros com o Banco.

A descaracterização do Ativo Problemático e a respectiva reclassificação como Ativo com Risco de Crédito Significativo é possível desde que sejam atendidas condições pelo devedor (processo de cura), entre elas: adimplência dos pagamentos de principal e encargos de acordo com a reestruturação das obrigações e novas condições pactuadas, continuidade de pagamento tempestivo de principal e encargos bem como cumprimento de demais obrigações contratuais por um período de cura mínimo, pagamento de quantidade mínima de parcelas, melhora dos indicadores de risco de crédito do devedor.

A expectativa de recuperação do Ativo Problemático considera uma estimativa do valor presente provável utilizando: (i) o valor justo das garantias ou dos colaterais se existirem, (ii) os custos e os prazos estimados para execução, venda e recebimento das garantias ou dos colaterais, (iii) a taxa de juros efetiva do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. A análise é feita caso-a-caso com base na experiência da Área de Gerenciamento de Créditos Problemáticos e no histórico de recuperações de créditos problemáticos do Banco, além de comparações com outras reestruturações de ativos problemáticos do grupo Crédit Agricole.

Em 30 de junho de 2025, não havia operações renegociadas e/ou reestruturadas no balanço do Banco, nem resultados provenientes de operações recuperadas no semestre.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

O único Ativo Problemático no balanço do Banco encontra-se em processo de disputa judicial, em estágio inicial, mas não apresenta materialidade para o balanço do Banco. As estimativas de recuperação feita por escritório de advocacia especializado, contratado para apresentar defesa do Banco, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, são validadas pela Administração.

j) Aquisição de créditos

As operações de aquisição de ativos financeiros são classificadas como custo amortizado, conforme os critérios dispostos na Resolução CMN 4.966, os valores pagos na operação são registrados no ativo como operações com características de concessão de crédito e as receitas são apropriadas ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação (nota 7a).

k) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O Banco apura o valor recuperável de seus ativos não financeiros anualmente para realização do teste de imparidade, com exceção dos créditos tributários, que são revistos semestralmente. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável apurado, é reconhecido no resultado do período uma perda por imparidade (*impairment*).

Em 30 de junho de 2025 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

n) Imobilizado e intangível

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de custo e, mensalmente, ajustados pelas respectivas depreciações/amortizações. O cálculo da depreciação do ativo imobilizado é realizado pelo método linear às taxas de: 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados; e 10% a.a. para demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

o) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação até a data do balanço.

p) Obrigações em moedas estrangeiras

As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

q) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 20%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

r) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. O detalhamento das Provisões, contingências e outros compromissos está apresentado na nota 21.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

s) Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelos seus valores de realização, somados, quando aplicável, as variações monetárias e cambiais e os rendimentos. Os demais passivos são apresentados pelo valor de liquidação, somados, quando aplicável, os encargos e variações monetárias e cambiais.

t) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade média ponderada de ações, conforme os critérios definidos no CPC 41, aprovado pelo regulador através da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

u) Gratificação variável baseada em ações

O Banco possui um programa de remuneração variável que inclui pagamentos diferidos, cujos valores são indexados à variação do preço da ação do controlador. Tal benefício é parte integrante da política de gratificação diferida da matriz, com aplicabilidade global, e com data de vigência indeterminada. A provisão de remuneração variável está registrada no grupo de “Outros Passivos”, na rubrica “Despesas de Pessoal” (Nota 12a), assim como seu respectivo resultado está refletido na rubrica de “Proventos” na nota de “Despesas de pessoal” (Nota 15).

v) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, consideram-se como resultado não recorrente as receitas e despesas que não estão relacionadas com as atividades da instituição, e que não estão previstas para ocorrer com frequência nos exercícios seguintes. O Banco considera como recorrente os resultados das atividades típicas da instituição, como prestações de serviços financeiros, aplicações e captações de recursos, e a manutenção habitual das atividades operacionais. O resultado não recorrente está apresentado na nota 20.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

4.1) Aplicações no mercado aberto

a) Composição por prazo de vencimento:

	30/06/2025 Até 3 Meses
Custo amortizado	
Letras do Tesouro Nacional – LTN	3.999.998
Total	3.999.998

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na SELIC.

b) Resultado com operações compromissadas

Em 30 de junho de 2025, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 344.249 (nota 5.1d).

4.2) Aplicações em moeda estrangeira

	30/06/2025 Até 3 Meses
Custo amortizado	
Aplicações em moeda estrangeira	1.706.248
Total	1.706.248

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

a) Resultado com aplicações em moeda estrangeira

30/06/2025
Até 3 Meses

Juros com aplicações em moeda estrangeira	793
Variação cambial com aplicações em moeda estrangeira	(3.503)
Total	(2.710)

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2025, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

5.1) Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	30/06/2025			Total
	Custo	Ajuste ao valor justo	Perda esperada	
Carteira própria	1.156.741	131.859	-	1.288.599
Valor justo no resultado	58.786	(41)	-	58.745
Letras do Tesouro Nacional – LTN	58.786	(41)	-	58.745
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	865.772	131.900	-	997.671
Letras do Tesouro Nacional – LTN	482.909	(82)	-	482.827
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	382.863	131.982	-	514.844
Custo amortizado	232.183	-	-	232.183
Debêntures (ii)	232.183	-	-	232.183
Vinculados a operações compromissadas	550.888	-	(1.211)	549.677
Custo amortizado	550.888	-	(1.211)	549.677
Certificado de direitos creditórios do agronegócio – CDCA (ii)	185.828	-	(178)	185.650
Debêntures (ii)	365.060	-	(1.033)	364.027
Vinculados a prestação de garantias	820.143	193	-	820.336
Valor justo no resultado	98.154	213	-	98.367
Letras do Tesouro Nacional – LTN	98.154	213	-	98.367
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	721.989	(20)	-	721.969
Letras do Tesouro Nacional – LTN	721.989	(20)	-	721.969
Total	2.527.772	132.052	(1.211)	2.658.612

(i) Refere-se cotas seniores emitidas pelo Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios. O Banco Crédit Agricole Brasil provê "funding" em reais aos seus clientes através de operações de Securitização – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) – onde os clientes atuam como originadores dos recebíveis a serem adquiridos pelos FIDCs e o Banco, por sua vez, como estruturador e investidor das cotas seniores de uma estrutura de fundo de fundos (FIC-FIDC).

(ii) As debêntures e CDCA estão classificadas como custo amortizado. Caso fossem avaliadas a valor de mercado, em 30 de junho de 2025, as debêntures apresentariam um ajuste negativo de R\$ 955 e CDCA um ajuste negativo de R\$ 1.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são contabilizadas de acordo com a intenção do Banco na aquisição do título, conforme descrito na nota 3e. Em 30 de junho de 2025, há ajuste de marcação a mercado acumulado registrado no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, de R\$ 136.298. O respectivo crédito tributário totalizou o montante de R\$ 61.334.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

b) Composição por prazo de vencimento

	30/06/2025
Circulante	1.729.154
Sem vencimento	514.844
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior	514.844
Até 3 meses	319.824
Letras do Tesouro Nacional – LTN	319.824
De 3 a 12 meses	894.486
Letras do Tesouro Nacional – LTN	506.035
Debêntures	388.451
Realizável a longo prazo	930.669
De 1 a 3 anos	930.669
Letras do Tesouro Nacional – LTN	536.049
Debêntures	207.759
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	185.650
Total	2.658.612

c) Composição por emissor

	30/06/2025
Títulos de Renda Fixa	
Títulos públicos (i)	1.361.908
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.361.908
Títulos Privados (ii)	1.297.915
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	185.650
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Sênior	514.844
Debêntures	596.210
Total	2.658.612
(i) Títulos custodiados na Selic.	
(ii) Títulos custodiados na B3.	

d) Resultado de títulos e valores mobiliários

	30/06/2025
Títulos e valores mobiliários	471.430
Aplicações interfinanceira de liquidez - mercado aberto (nota 4.1)	344.249
Aplicações interfinanceira de liquidez - aplicações em moeda estrangeira (nota 4.2)	793
Letras do Tesouro Nacional - LTN	57.113
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	16.097
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC	9.514
Debêntures	43.664
Variação cambial (nota 4.2)	(3.503)
Resultado total de títulos e valores mobiliários e variação cambial	467.927

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

O valor de mercado dos títulos privados é obtido através do desconto do fluxo de caixa pela taxa do mercado futuro de juros DI, acrescida do spread de crédito e interpolada para os respectivos prazos.

O valor das cotas de fundos de investimentos é obtido diariamente junto aos seus respectivos administradores.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

5.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: swaps, câmbio, termos e futuros.

Os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de hedge, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

Hedge

A política de utilização de hedge é alinhada aos limites de exposição à riscos do Grupo Crédito Agricole. Aplica-se sempre que as operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, evitando o comprometimento dos limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de hedge, de acordo com a Resolução CMN nº 5.100, do Banco Central do Brasil.

Em 30 de junho de 2025, o Banco possui apenas uma operação classificada como hedge de valor justo, onde o objeto do hedge são títulos públicos pré-fixados e o instrumento do hedge é um swap (pré x CDI), cujo vencimento é em 1º de julho de 2026.

Abaixo a composição dos derivativos por tipo de contraparte:

	30/06/2025														
	Pessoas jurídicas			Instituições financeiras			Investidores institucionais			Câmara de liquidação			Total		
	Valor nominal	Valor contábil	Ajuste Valor Justo	Valor nominal	Valor contábil	Ajuste Valor Justo	Valor nominal	Valor contábil	Ajuste Valor Justo	Valor nominal	Valor contábil	Ajuste Valor Justo	Valor nominal	Valor contábil	Ajuste Valor Justo
Contratos de swap	9.682.857	145.664	46.290	13.948.603	9.263	42.261	12.226.628	(77.229)	(291.012)	-	-	-	35.858.088	77.698	(202.461)
Contratos de termo	33.039.620	(88.264)	(24.604)	-	-	-	1.132.102	(21.464)	(5.242)	-	-	-	34.171.722	(109.728)	(29.846)
Contratos de opção	109.568	(245)	(245)	-	-	-	-	-	-	27.500	464	237	137.068	219	(8)
Contratos de câmbio	4.925.100	(273.614)	13.461	1.704.427	10.348	7.791	3.610.128	63.123	5.920	-	-	-	10.239.655	(200.143)	27.172
Contratos de futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.049.773	(6.387)	-	29.049.773	(6.387)	-
Total	47.757.145	(216.459)	34.902	15.653.030	19.611	50.052	16.968.858	(35.570)	(290.334)	29.077.273	(5.923)	237	109.456.306	(238.341)	(205.143)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

As operações com instrumentos financeiros derivativos, em aberto, estavam assim distribuídas no período:

	30/06/2025				
	Valor nominal dos contratos	Custo		Valor contábil	
		A receber	A pagar	A receber	A pagar
Valor justo no resultado					
Contratos de swap	35.858.088	361.793	(81.634)	721.166	(643.468)
CDI vs EURIBOR 6M	2.311.303	14.076	(36.757)	21.316	(16.487)
USD vs SOFR	7.669.057	(51.188)	(10.778)	189.756	(66.925)
CDI vs USD	3.285.788	209.973	(22.025)	237.232	(25.216)
USD vs CDI	405.206	17.824	-	15.400	-
CDI vs EURO	303.843	(894)	-	2.190	-
PRÉ vs CDI	10.531.235	22.739	(55.705)	24.666	(139.363)
CDI vs PRÉ	475.397	-	(360)	-	(380)
SOFR vs USD	8.000.667	12.778	51.306	74.768	(389.563)
EURIBOR 6M vs USD	2.586.148	128.632	-	146.522	-
EURO vs USD	98.560	7.594	-	7.946	-
PRÉ vs EURO	190.884	259	(7.315)	1.370	(5.534)
Contratos a termo	34.171.722	869.416	(949.298)	912.903	(1.022.631)
Compra a termo de moeda - NDF	20.209.849	17.116	(935.218)	22.969	(1.007.424)
Venda a termo de moeda - NDF	13.961.873	852.300	(14.080)	889.934	(15.207)
Contratos de opção	137.068	1.044	(817)	519	(300)
Compra de opção de venda – USD	27.500	227	-	464	-
Compra de opção de compra - flexíveis	62.093	817	-	55	-
Venda de opção de venda - flexíveis	47.475	-	(817)	-	(300)
Contratos de cambio	10.239.655	47.206	(274.521)	117.238	(317.381)
Compra de cambio	6.730.164	42.183	(312.240)	106.676	(317.167)
Venda de cambio	3.509.491	5.023	37.719	10.562	(214)
Total	80.406.533	1.279.459	(1.306.270)	1.751.826	(1.983.780)
Circulante		1.196.744	(1.260.575)	1.375.202	(1.605.459)
Realizável a longo prazo		82.715	(45.695)	376.624	(378.321)
Total		1.279.459	(1.306.270)	1.751.826	(1.983.780)

5.3) Negociação e intermediação de valores

Encontram-se registrado na rubrica negociação e intermediação de valores os ajustes a liquidar conforme demonstrado a seguir:

a) Futuros

	30/06/2025	
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Contratos de futuros (i)		
Ajuste diário - posição comprada	15.674.551	83.972
DI1	7.059.826	118
USD	4.994.462	48.735
DDI	3.620.263	35.119
Ajuste diário - posição vendida	13.375.222	(90.359)
DI1	5.389.401	(5.519)
USD	6.512.404	(11.699)
DDI	1.473.417	(73.141)
Total	29.049.773	(6.387)

(i) As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

5.4) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	30/06/2025						Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Mais de 15 anos	
Compensação:							
Contratos de <i>swap</i>	3.398.093	15.142.998	6.467.921	839.002	8.220.594	1.789.480	35.858.088
Contratos de termo	17.854.097	14.385.068	1.930.747	1.810	-	-	34.171.722
Contratos de opção	81.866	55.202	-	-	-	-	137.068
Contratos de câmbio	3.564.651	6.355.293	319.711	-	-	-	10.239.655
Contratos de futuros	11.932.092	11.784.485	4.982.360	270.128	80.708	-	29.049.773
Total	36.830.799	47.723.046	13.700.739	1.110.940	8.301.302	1.789.480	109.456.306
Patrimonial - mercado							
Contratos de swap	16.631	94.730	(15.948)	(25.010)	9.118	(1.823)	77.698
Diferencial a receber	67.648	360.971	90.494	12.297	173.515	16.241	721.166
Diferencial a pagar	(51.017)	(266.241)	(106.442)	(37.307)	(164.397)	(18.064)	(643.468)
Contratos a termo	(242.557)	115.815	17.018	(4)	-	-	(109.728)
Diferencial a receber	324.905	519.205	68.793	-	-	-	912.903
Diferencial a pagar	(567.462)	(403.390)	(51.775)	(4)	-	-	(1.022.631)
Contratos de opção	399	(180)	-	-	-	-	219
Prêmio a exercer	470	49	-	-	-	-	519
Prêmio lançadas	(71)	(229)	-	-	-	-	(300)
Contratos de Câmbio	(16.327)	(198.768)	14.952	-	-	-	(200.143)
Diferencial a receber	30.751	71.203	15.284	-	-	-	117.238
Diferencial a pagar	(47.078)	(269.971)	(332)	-	-	-	(317.381)
Contratos de futuros	47.920	(34.734)	(16.041)	(2.627)	(905)	-	(6.387)
Diferencial a receber	68.264	11.755	3.953	-	-	-	83.972
Diferencial a pagar	(20.344)	(46.489)	(19.994)	(2.627)	(905)	-	(90.359)
Total	(193.934)	(23.137)	(19)	(27.641)	8.213	(1.823)	(238.341)

No semestre findo em 30 de junho de 2025, o resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos foi de:

	30/06/2025
Futuros	(26.595)
Swap	793.425
Termo	(848.884)
Câmbio	(366.693)
Opções	(2.632)
Total	(451.379)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

6. Valor justo dos instrumentos financeiros

A determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Títulos e valores mobiliários: O valor justo dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). As cotas dos fundos de investimentos são registradas com base na cotação informada pelos administradores. O valor justo dos títulos privados é apurado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado a valor presente, conforme as taxas divulgadas pelo mercado com o acréscimo do spread de crédito.
- Swap e termos (NDF): O valor justo é apurado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado a valor presente, conforme as taxas divulgadas pelo mercado.
- Opções de balcão: O valor justo é apurado com base em modelos matemáticos amplamente utilizados pelo mercado.
- Futuros e opções listadas: O valor justo é apurado com base nas cotações de mercado divulgadas pela B3 S.A.
- Câmbio futuro: O valor justo é apurado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado a valor presente, conforme as taxas divulgadas pelo mercado.

A hierarquia de precificação dos ativos e passivos ao valor justo está demonstrado a seguir, conforme metodologia de precificação adotada pelo Grupo descrita na nota explicativa 3c:

	30/06/2025				Total
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros ao valor justo					
Títulos e valores mobiliários	5.1	157.112	514.844	-	671.956
SWAP	5.2a)	-	721.166	-	721.166
Termo de moeda	5.2a)	-	912.903	-	912.903
Mercado de opções	5.2a)	464	55	-	519
Futuros	5.2b)	48.853	35.119	-	83.972
Câmbio a liquidar	5.2a)	-	117.238	-	117.238
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.204.796	-	-	1.204.796
Total		1.411.225	2.301.325	-	3.712.550
Passivos Financeiros ao valor justo					
SWAP	5.2a)	-	(643.468)	-	(643.468)
Termo de moeda	5.2a)	-	(1.022.632)	-	(1.022.632)
Mercado de opções	5.2a)	-	(300)	-	(300)
Futuros	5.2b)	(11.699)	(78.660)	-	(90.359)
Câmbio a liquidar	5.2a)	-	(317.381)	-	(317.381)
Total		(11.699)	(2.062.441)	-	(2.074.140)

Em 30 de junho de 2025 não havia valores classificados como Nível 3.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

7. Operações de crédito

a) Por tipo de operação de crédito

	30/06/2025		
	Saldo Bruto	(-) Provisão para perda	Total
Custo amortizado			
Operação de crédito	795.494	(943)	794.551
Empréstimos	199.221	(247)	198.974
Financiamentos a exportação	596.273	(696)	595.577
Operações com características de concessão de crédito	8.816.472	(7.454)	8.809.018
Cessão de créditos adquiridos	904.648	(2.993)	901.655
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	7.911.824	(4.461)	7.907.363
Total	9.611.966	(8.397)	9.603.569

b) Por setor de atividade

	30/06/2025
Indústria	7.699.927
Comércio	967.893
Serviços	16.350
Agroindústria	927.796
Total	9.611.966

c) Por faixa de vencimento

	30/06/2025
Circulante	5.913.541
Até 3 meses	2.162.311
De 3 a 12 meses	3.751.230
Realizável a longo prazo	3.698.425
De 1 a 3 anos	3.698.425
Total	9.611.966

Para o único Ativo Problemático no balanço do Banco, a Administração julga que a Perda Esperada é inferior à Perda Incorrida calculada de acordo com percentuais mínimos definidos na Resolução BCB 352, com base: (i) no número de meses de atraso contados a partir do mês de classificação do instrumento financeiro como Ativo Problemático e (ii) nos tipos de carteira.

d) Resultado das operações de crédito

	30/06/2025
Operação de crédito	33.437
Empréstimos	13.378
Financiamentos a exportação	20.059
Variação cambial	(118.219)
Operação de crédito e variação cambial	(84.782)
Operações com características de concessão de crédito	269.166
Cessão de créditos adquiridos	90.709
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	178.457
Variação cambial	(1.011.801)
Operações com características de concessão de crédito e variação cambial	(742.635)
Total	(827.417)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

8. Provisão para perdas esperadas de crédito

a) Valor em exposição

	30/06/2025			
	A vencer	Vencidos	Off-Balance	Total
Estágio 1	10.392.434	-	1.868.349	12.260.783
Operações de crédito	9.609.363	-	-	9.609.363
Empréstimos	199.221	-	-	199.221
Financiamentos	596.273	-	-	596.273
Cessão de créditos adquiridos	902.045	-	-	902.045
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	7.911.824	-	-	7.911.824
Títulos e valores mobiliários	783.071	-	-	783.071
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	185.828	-	-	185.828
Debêntures	597.243	-	-	597.243
Operações Off-Balance	-	-	1.868.349	1.868.349
Garantias Financeiras Prestadas	-	-	1.745.984	1.745.984
Compromissos de Crédito e Crédito a Liberar	-	-	122.365	122.365
Estágio 3	-	2.603	-	2.603
Operações de crédito	-	2.603	-	2.603
Cessão de créditos adquiridos	-	2.603	-	2.603
Total	10.392.434	2.603	1.868.349	12.263.385

b) Valor de provisão para perda esperada e perda incorrida

	01/01/2025			Impacto no resultado			30/06/2025		
	Perda esperada	Perda incorrida	Total	Perda esperada	Perda incorrida	Total	Perda esperada	Perda incorrida	Total
Estágio 1	(12.282)	-	(12.282)	1.688	-	1.688	(10.594)	-	(10.594)
Operações de crédito	(8.483)	-	(8.483)	1.835	-	1.835	(6.648)	-	(6.648)
Empréstimos	(389)	-	(389)	142	-	142	(247)	-	(247)
Financiamentos	(1.156)	-	(1.156)	460	-	460	(696)	-	(696)
Cessão de créditos adquiridos	(1.739)	-	(1.739)	495	-	495	(1.244)	-	(1.244)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(5.199)	-	(5.199)	738	-	738	(4.461)	-	(4.461)
Títulos e valores mobiliários	(1.347)	-	(1.347)	136	-	136	(1.211)	-	(1.211)
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	(383)	-	(383)	205	-	205	(178)	-	(178)
Debêntures	(964)	-	(964)	(69)	-	(69)	(1.033)	-	(1.033)
Operações Off-Balance	(2.452)	-	(2.452)	(283)	-	(283)	(2.735)	-	(2.735)
Garantias Financeiras Prestadas	(2.411)	-	(2.411)	(285)	-	(285)	(2.696)	-	(2.696)
Compromissos de Crédito e Crédito a Liberar	(41)	-	(41)	2	-	2	(39)	-	(39)
Estágio 3	-	(1.302)	(1.302)	-	(447)	(447)	-	(1.749)	(1.749)
Operações de crédito	-	(1.302)	(1.302)	-	(447)	(447)	-	(1.749)	(1.749)
Cessão de créditos adquiridos	-	(1.302)	(1.302)	-	(447)	(447)	-	(1.749)	(1.749)
Total	(12.282)	(1.302)	(13.584)	1.688	(447)	1.241	(10.594)	(1.749)	(12.343)

(i) A provisão para perdas esperadas de operações registradas em contas de compensação é contabilizada no passivo.

9. Outros ativos

a) Outros ativos financeiros

	30/06/2025
Circulante	85.574
Serviços prestados a receber	738
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 10a)	864
Negociação e intermediação de valores	83.972
Realizável a longo prazo	27.269
Depósitos judiciais (i)	25.237
Devedores por depósito em garantia	2.032
Total	112.843

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- (i) *Correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Banco (nota 21), que se referem a contestações de base tributária Federal e Municipal (SAT, ISS) e créditos tributários não acatados pela Receita Federal (PIS, COFINS e IOF).*

A movimentação de depósitos judiciais do período está abaixo apresentada:

	30/06/2025			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo inicial do exercício	23.607	1.264	-	24.871
Constituições	1.257	26	-	1.283
Reversões/realizações	(2.268)	-	-	(2.268)
Atualizações	281	1.070	-	1.351
Saldo final do exercício	22.877	2.360	-	25.237

b) Outros ativos

	30/06/2025
Circulante	8.527
Adiantamentos e antecipações salariais	3.349
Despesas antecipadas	3.439
Impostos a compensar (i)	1.438
Adiantamento a fornecedores	23
Outros	278
Realizável a longo prazo	1.179
Despesas antecipadas	1.179
Total	9.706

- (i) *Composto, substancialmente, por antecipações de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a serem compensados.*

10. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Nos períodos, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	30/06/2025	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	2.103	-
Crédit Agricole CIB - Paris	2.103	-
Aplicações em moeda estrangeira (Nota 4.2)	1.706.248	(2.710)
Crédit Agricole CIB - New York	1.706.248	(2.710)
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 9)	864	8.334
Crédit Agricole CIB - New York	125	2.839
Crédit Agricole CIB - Paris	78	3.248
Crédit Agricole CIB - Tokyo	-	21
Crédit Agricole CIB - Hong Kong	-	70
CA Indosuez - Suisse	661	2.156
Instrumentos financeiros derivativos	(51.812)	168.122
Crédit Agricole CIB - London	-	414
Crédit Agricole CIB - Paris	63.123	135.958
Fundo A de Investimento Multimercado	(114.935)	31.750
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 12a)	(9.169)	(17.412)
Crédit Agricole CIB - Paris	(9.169)	(15.509)
Crédit Agricole CIB - Canada	-	(383)
Crédit Agricole CIB - Singapura	-	(312)
Crédit Agricole CIB - London	-	(1.208)
Empréstimos no exterior (Nota 11.5)	(13.060.754)	1.175.596
Crédit Agricole CIB - New York	(13.060.754)	1.175.596

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando seus reduzidos níveis de risco.

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 10.802, a qual é considerada benefício de curto prazo.

11. Passivos financeiros ao custo amortizado

11.1 Depósitos

	30/06/2025			
	A vista	Interfinanceiro	A prazo	Total
Sem vencimento	1.673	-	-	1.673
Até 3 meses	-	-	47.691	47.691
De 3 a 12 meses	-	228.438	953.866	1.182.304
De 1 a 3 anos	-	-	131.500	131.500
Total	1.673	228.438	1.133.057	1.363.168

11.2 Obrigações por operações compromissada

	30/06/2025
	Carteira própria
Até 3 meses	550.249
Lastreadas com Debêntures	364.459
Lastreadas com CDCAs	185.790
Total	550.249

Em 30 de junho de 2025, as obrigações por operações compromissadas são compostas por valores indexados ao CDI, com percentual entre 92% e 96,5%.

11.3 Recursos de aceites e emissão de títulos

	30/06/2025
	Letras Financeiras
De 3 a 12 meses	35.037
De 1 a 3 anos	124.627
Total	159.664

Em 30 de junho de 2025, as operações de letras financeiras são compostas por valores indexados ao CDI, com percentual entre 35% e 70%

11.4 Resultado de operações de captações no mercado aberto

	30/06/2025
Despesas de depósito interfinanceiro	(13.233)
Despesas de depósito a prazo	(50.605)
Despesas de operações compromissadas	(36.936)
Despesas de letras financeiras	(6.936)
Contribuição ordinária (FGC)	(567)
Total	(108.277)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

11.5 Obrigações por empréstimos e repasses

a) Empréstimos no exterior

As operações de empréstimos captados no exterior, juntos ao Crédit Agricole - NY, no montante de USD 2.249.889, estão representadas abaixo, convertidas pela taxa PTAX do final do semestre:

	Encargos	30/06/2025
Recursos captados - moeda estrangeira	4,18% a 7,56% a.a.	12.276.519
Juros de recursos captados - moeda estrangeira		190.184
Total		12.466.703

b) Obrigações por repasse do exterior

As operações de repasse captados no exterior, juntos ao Crédit Agricole – NY, no montante de USD 106.689, estão representadas abaixo, convertidas pela taxa PTAX do final do semestre:

	Encargos	30/06/2025
Recursos captados com CA - NY	4,21% a 5,14% a.a.	582.148
Juros de recursos captados com CA - NY		11.903
Total		594.051

c) Por faixa de vencimento

	30/06/2025		
	Empréstimo no exterior	Repasso no exterior	Total
Até 3 meses	2.046.394	235.867	2.282.261
De 3 a 12 meses	6.764.454	358.184	7.122.638
De 1 a 3 anos	3.655.855	-	3.655.855
Total	12.466.703	594.051	13.060.754

d) Resultado das obrigações por empréstimos e repasses

	30/06/2025
Empréstimos no exterior	(246.662)
Juros	(246.238)
Outros	(424)
Variação cambial	1.320.996
Total empréstimos no exterior com variação cambial	1.074.334
Obrigações por repasse do exterior	(16.957)
Juros	(16.957)
Variação cambial	118.219
Total de obrigações por repasse do exterior com variação cambial	101.262
Total	1.175.596

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

12. Outros passivos

a) Outras provisões

	30/06/2025
Circulante	210.099
Prêmio sobre exportação a pagar	164.248
Despesa com pessoal	32.436
Valores a pagar - ligadas (nota 10a)	9.169
Despesas administrativas	2.099
Provisão de impostos sobre importação	1.466
Fornecedores	681
Exigível a longo prazo	15.213
Provisão para contingências	15.213
Total	225.312

b) Outros passivos

	30/06/2025
Circulante	
Impostos e contribuições a recolher	9.266
Impostos e contribuições sobre os lucros	28.268
Negociação e intermediação de valores	90.352
Receita Diferida	524
Outros	1.119
Total	129.529

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social em 30 de junho de 2025 é de R\$ 2.105.673 e está representado por 24.859.617.114 ações, sendo 24.289.284.928 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas no exterior.

b) Reserva legal

A reserva legal em 30 de junho de 2025 é de R\$ 59.873 e deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado, mediante decisão em assembleia geral, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ou 50% do lucro disponível, o que for menor, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê, mediante assembleia geral, a possibilidade de uma distribuição menor ou a retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. A distribuição pelo Banco ocorre, quando aplicável, anualmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

d) Reserva especial de lucros

A reserva especial de lucros em 30 de junho de 2025, de R\$ 441.246, é destinada à futuro aumento do capital social e constituída do resultado do exercício após a destinação da reserva legal e dividendos ou juros sobre o capital próprio, quando distribuídos.

14. Receita de prestação de serviços

	30/06/2025
Rendas de garantias prestadas	7.285
Prestação de serviços - ligadas	7.709
Comissão de estruturação - ACC	506
Comissão de estruturação - <i>Project Finance</i>	23
Comissão de estruturação - FIDC	591
Comissão de compromisso	6.604
Manutenção de contas correntes	113
Assessoria Financeira	955
Total	23.786

15. Despesas de pessoal

	30/06/2025
Proventos (i)	(21.713)
Encargos	(19.419)
Honorários	(7.432)
Benefícios	(7.033)
Outras	(192)
Total	(55.789)

(i) Inclui provisão referente a gratificação para diretoria do período atual.

16. Outras despesas administrativas

	30/06/2025
Prestação de serviços - ligadas (i)	(17.924)
Processamento de dados	(9.115)
Serviços do sistema financeiro	(6.461)
Serviços técnicos	(3.131)
Depreciação e amortização	(2.542)
Aluguéis	(1.625)
Outras despesas administrativas	(1.609)
Viagens	(1.207)
Manutenção	(269)
Seguros	(57)
Comunicação	(122)
Transportes	(130)
Água, energia e gás	(48)
Material	(81)
Publicações	(23)
Serviços de terceiros	(9)
Total	(44.353)

(i) As variações cambiais sobre prestação de serviços – ligadas estão registradas em outras receitas e outras despesas operacionais.

17. Despesas tributárias

	30/06/2025
COFINS	(10.774)
ISS	(2.038)
PIS	(1.751)
Outras despesas tributárias	(511)
Total	(15.074)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

18. Outras receitas operacionais

	30/06/2025
Rendas de juros de antecipação de liquidação de Swap - DRRC	15.262
Rendas de depósito remunerado	18.383
Rendas de compromisso de aquisição de quotas de Fundos	1.846
Variações monetárias (i)	1.315
Variação cambial	110.728
Recuperação de encargos e despesas	121
Reversão de provisão (ii)	208
Outras rendas operacionais	176
Total	148.039

(i) Representada, substancialmente, por atualizações Selic de depósitos judiciais e impostos a compensar.

(ii) Referente a reversão de provisão de despesas administrativas e custos de clearing.

19. Outras despesas operacionais

	30/06/2025
Prêmio sobre cambio de exportação	(156.435)
Despesas de juros de antecipação de liquidação de Swap - DRRC	(27.737)
Despesas de rebates	(22.167)
Provisão para contingências fiscais	(698)
Outras despesas operacionais	(67)
Provisão para contingências trabalhistas	(2.660)
Total	(209.764)

20. Resultado não recorrente

	30/06/2025
Resultado não operacional	182
Total	182

21. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 30 de junho de 2025.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e previdenciários e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes.

Em 30 de junho de 2025, o Banco mantinha o montante de R\$ 15.213 registrado como provisão para contingência, montante este julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, sendo: R\$ 8.561 referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do SAT - Seguro de Acidente de Trabalho sobre a folha de pagamento; R\$ 6.632 para contingências referentes a processos trabalhistas e R\$ 20 para contingências referentes a processos civis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

A movimentação das provisões para passivos contingentes no período está abaixo apresentada:

	30/06/2025			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo inicial do exercício	8.038	3.972	20	12.030
Constituições	258	2.660	-	2.918
Reversões/realizações	(269)	-	-	(269)
Atualizações	534	-	-	534
Saldo final do semestre	8.561	6.632	20	15.213

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	30/06/2025	
	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	8.561	8.561
Riscos trabalhistas	6.632	6.632
Riscos cíveis	20	20
Total	15.213	15.213

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	30/06/2025
	Valor Reclamado
Riscos fiscais (i)	26.827
Riscos trabalhistas (ii)	25.448
Riscos cíveis	86
Total	52.361

(i) Os passivos contingentes fiscais referem-se à contestação de base fiscal para ISS e créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal.

(ii) Os passivos trabalhistas são representados substancialmente por contestações de horas-extras, diferenças salariais e gratificações.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Imposto de renda e contribuição social exercício atual	(44.449)
Ativo/passivo fiscal diferido de imposto de renda	(1.056)
Ativo/Passivo fiscal diferido de contribuição social	(1.401)
	(46.906)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	104.717
Imposto de Renda - alíquotas de 15% e 10% (i)	(26.179)
Contribuição Social - alíquota de 20%	(20.943)
Tributação sobre o lucro e participações	(47.122)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	216
Participação nos lucros	914
Outras adições e exclusões	(698)
Imposto de Renda e Contribuição Social do semestre	(46.906)

(i). Aplica-se a alíquota adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no Exercício;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

b) Créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. Os créditos tributários e obrigações diferidas de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020 e posteriores alterações, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2024	Constituições	Realizações	30/06/2025
Marcação a mercado TVM e derivativos	52.119	119.259	(52.119)	119.259
Participações no lucro	1.065	542	(1.065)	542
Gratificação	7.021	5.181	(7.021)	5.181
14º Salário	422	-	(422)	-
Provisão para contingências	2.954	850	-	3.804
Provisão para perdas	325	2.754	-	3.079
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.185	-	-	6.185
Outras adições e exclusões	3.909	-	(885)	3.024
Prejuízo fiscal	9.585	-	(9.585)	-
Total de diferenças temporárias e prejuízo fiscal de Imposto de Renda	83.585	128.586	(71.097)	141.074
Marcação a mercado TVM e derivativos	41.694	95.407	(41.695)	95.406
Participações no lucro	852	434	(852)	434
Gratificação	5.617	4.145	(5.617)	4.145
14º Salário	338	-	(338)	-
Provisão para contingências	2.366	680	-	3.046
Provisão para perdas	260	2.203	-	2.463
Operação de Crédito baixado como prejuízo	4.948	-	-	4.948
Outras adições e exclusões	3.125	-	(708)	2.417
Base negativa	9.350	1.124	(9.350)	1.124
Total de diferenças temporárias e base negativa de Contribuição Social	68.550	103.993	(58.560)	113.983
Total	152.135	232.579	(129.657)	255.057

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2024	Constituições	Realizações	30/06/2025
Marcação a mercado TVM e derivativos	(58.906)	(152.524)	58.906	(152.524)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(58.906)	(152.524)	58.906	(152.524)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(47.106)	(122.018)	47.106	(122.018)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(47.106)	(122.018)	47.106	(122.018)
Total	(106.012)	(274.542)	106.012	(274.542)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

A estimativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, está apresentada da seguinte forma:

	Até 2025	Até 2026	Até 2027	Até 2028	Até 2029	Até 2030	Até 2031	Até 2032	TOTAL
IMPOSTO DE RENDA									
Prejuízo Fiscal Acumulado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	90.962	31.741	9.554	1.680	986	3.727	954	1.470	141.074
Total	90.962	31.741	9.554	1.680	986	3.727	954	1.470	141.074
Valor Presente	84.785	26.522	7.415	1.197	638	2.189	509	711	123.966
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Base Negativa Acumulada	1.124	-	-	-	-	-	-	-	1.124
Diferenças Temporárias	72.770	25.393	7.643	1.344	789	2.982	763	1.175	112.859
Total	73.894	25.393	7.643	1.344	789	2.982	763	1.175	113.983
Valor Presente	68.876	21.218	5.932	958	510	1.751	407	569	100.221
TOTAL									
Prejuízo Fiscal / Base Negativa Acumulados	1.124	-	-	-	-	-	-	-	1.124
Diferenças Temporárias	163.732	57.134	17.197	3.024	1.775	6.709	1.717	2.645	253.933
Total	164.856	57.134	17.197	3.024	1.775	6.709	1.717	2.645	255.057
Valor Presente	153.661	47.740	13.347	2.155	1.148	3.940	916	1.280	224.187

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis até 2032 para absorver os créditos tributários diferidos registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas em 30 de junho de 2025 tenham sua realização futura até o ano de 2032.

23. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

Em 30 de junho de 2025, há R\$1.745.984 de garantias financeiras prestadas, registradas em contas de compensação. Em 30 de junho de 2025 a provisões para perdas esperadas e incorridas associadas ao risco de crédito é de R\$ 2.696 (nota 8).

24. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédit Agricole e compatível com a natureza das transações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, o Conglomerado Prudencial Crédit Agricole Brasil, entidade classificada como Tipo 1, de acordo com a Resolução 436 do BCB, e segmento S3, de acordo com a Resolução 4.553 do CMN, possui Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos aos quais o Conglomerado está exposto.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Como parte dessa estrutura, a Diretoria nomeou Diretor responsável para o Gerenciamento de Riscos (Chief Risk Officer - CRO) e Diretor responsável para o Gerenciamento do Capital (Diretor Financeiro), bem como definiu indicadores-chave de riscos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) coerentes com o Plano Estratégico do Conglomerado e elaborou um Programa de Teste de Estresse Integrado para assegurar a adequação de capital da instituição e incorporar os resultados nas decisões estratégicas.

Foi criado um Comitê de Riscos com o objetivo de assessorar a Diretoria no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital de maneira integrada. Maiores informações a respeito do Comitê de Riscos encontram-se no Regimento Interno do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Capital disponível no site <https://www.ca-cib.com/pt-br/brasil>.

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o Capital da instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos incluindo os resultados dos Testes de Estresse Integrados, adequando prospectivamente o Apetite por Risco e o Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

A governança corporativa está presente no Conglomerado, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas.

As políticas e estratégias para o gerenciamento integrado de riscos e capital são revisadas periodicamente, no mínimo, anualmente pelos Especialistas de Riscos, em coordenação com o CRO e o Diretor Financeiro, e aprovadas pela Diretoria. Além disso, dentro da Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, existe também a iniciativa da divulgação da Cultura de Riscos a todos os profissionais da instituição, visando assegurar a disseminação de conhecimento a todos.

Gerenciamento de Riscos

- **Risco de crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de perdas resultantes da contraparte não ter capacidade para cumprir os compromissos assumidos com o Conglomerado, incluindo a liquidação de (i) empréstimos, (ii) desembolsos concedidos à terceiros para honrar avais, fianças e garantias, em nome da contraparte, (iii) obrigações em instrumentos financeiros derivativos.

Dentre os principais fatores de risco de crédito, destacam-se: situação financeira individual da contraparte ou do seu grupo econômico, com base em seu grau de endividamento e liquidez, capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa; controle acionário e administração da contraparte; setor de atividade econômica; condições macroeconômicas adversas.

A Área de Risco de Crédito tem como responsabilidade a análise (identificação, mensuração, avaliação e classificação), recomendação, controle, monitoramento e mitigação do risco de crédito associado às operações financeiras, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Conglomerado em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

A gestão do risco de crédito está baseada em cinco pilares:

1. Estrutura organizacional segregada da área de Gerenciamento de Clientes e compatível com a natureza e complexidade dos produtos oferecidos aos clientes;
2. Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da Área de Risco de Crédito;
3. Modelos e sistemas próprios de mensuração e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte (“rating”), bem como ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
4. Gerenciamento contínuo do risco de crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos da performance da carteira do Conglomerado, incluindo testes de estresse;
5. Estratégia de mitigação de perdas através de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira da contraparte; análise de riscos concentração (grupos econômicos, setores econômicos, prazos, moedas, etc.); exigência de garantias se necessário.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas resultante das flutuações nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado.

A Área de Riscos de Mercado avalia de forma independente e monitora continuamente os riscos de mercado das diferentes linhas de negócios do Conglomerado, publica relatórios diários mostrando o consumo e eventuais excessos de utilização, com total independência em relação à Tesouraria; e organiza:

1. Comitê de Risco de Mercado, com finalidade de acompanhar o risco de mercado, os resultados da Tesouraria e, também, aprovar os limites;
2. Comitê de Precificação, com finalidade analisar, rever e aprovar a precificação de ativos marcados a mercado (MtM), incluindo a fonte de dados e modelos utilizados de todas as linhas de negócios, além de aprovar os valores de reserva de resultado gerencial.

A gestão de risco de mercado é exercida através do estabelecimento de limites para cada atividade dentro da estratégia global do Conglomerado, sendo que os limites são geridos através dos seguintes procedimentos:

- Propostas e recomendações de novos limites ou enquadramentos dos já existentes;
- Aprovações das propostas nas devidas instâncias de decisões;
- Obediência a estes limites;
- Monitoramento e aplicação de medidas corretivas, se necessário.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Os limites do Conglomerado estão focados no Value-at-Risk e organizados ao redor de 2 (dois) indicadores:

1. Quantitativo: inclui o Value-at-Risk, cenários específicos de teste de estresse e indicadores adicionais como, por exemplo, o *stop-loss*;
2. Qualitativo: complementa o limite quantitativo, especificando com maior precisão a lista de produtos autorizados, as moedas permitidas, o vencimento máximo, os mercados autorizados, entre outros.

O processo de gerenciamento de limite executado pela Área de Risco de Mercado garante que as atividades de negociação sejam proporcionais ao apetite de risco do Banco.

Todas as operações devem estar de acordo com os princípios estabelecidos em seu mandato (conjunto de limites). Cada linha de negócio possui seu próprio mandato que são concebidos para documentar, descrever, monitorar e limitar as atividades de negociação. Em caso de alteração da atividade, o mandato deve ser atualizado prontamente para refletir essa alteração e apresentado durante o Comitê de Risco de Mercado.

Os limites também são estabelecidos por carteira e visam atender aos critérios de carteira de negociação (Trading) e carteira de não negociação (Banking).

Os limites não possuem uma data de validade, porém estão sujeitos a uma revisão anual e devem ser submetidos ao Comitê de Risco de Mercado.

Os resultados apresentados pela mensuração de risco de mercado, a metodologia adotada e as estratégias que as mitigam são monitoradas de forma a garantir que os riscos sejam devidamente conhecidos, avaliados e reportados de forma adequada.

- **Risco de taxas de juros na carteira bancária (IRRBB)**

O risco de taxa de juros na carteira bancária é relacionado a descasamentos em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas nos fluxos de reapreçamento de posições ativas, passivas e exposições não contabilizadas no balanço patrimonial de instrumentos financeiros, classificados na carteira bancária das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial.

A carteira bancária é atualmente composta por instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da instituição, assim como nas suas contas de compensação (compostas, basicamente, por garantias emitidas a clientes, limites comprometidos concedidos e não utilizados) e derivativos.

O impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira é mensurado em bases mensais seguindo exclusivamente a metodologia padrão definida pelo Banco Central do Brasil de acordo com as abordagens de Valor Econômico (Δ EVE) e de Resultado da Intermediação Financeira (Δ NI).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último, são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

- **Risco de operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional. Os eventos de risco operacional geralmente estão agrupados dentro de categorias abaixo:

- Fraude interna: ações de caráter doloso de colaborador da instituição ou com a sua participação indireta;
- Fraude externa: ações de caráter doloso praticados por terceiros;
- Recursos Humanos: litígios trabalhistas, segurança deficiente do local de trabalho, medicina do trabalho;
- Relações Comerciais: práticas inadequadas nas relações comerciais com os clientes, oferecimento de produtos e serviços, ou com fornecedores e prestadores de serviços;
- Eventos Externos: danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, ou que acarretem a interrupção das atividades da instituição, ocasionados por desastres naturais ou eventos externos;
- Tecnologia da Informação: falhas em sistemas que acarretem interrupções das atividades ou perdas de dados;
- Execução: falhas na execução, cumprimentos de prazo e gerenciamento nas atividades da instituição;
- Documentação: inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;
- Regulamentação: descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

A Área de Risco Operacional é responsável por:

- Monitorar continuamente os riscos operacionais, através da análise de incidentes operacionais e planos de ação definidos para remediá-los;
- Coordenar o exercício anual de mapeamento dos riscos operacionais e dos controles internos, com participação de todas as linhas de negócio e áreas de suporte;
- Informar à Diretoria sobre a avaliação da gestão de riscos operacionais, disponibilizando uma visão abrangente da instituição, indicando pontos de maior vulnerabilidade, de forma a viabilizar um gerenciamento diferenciado para cada um deles;
- Documentar, organizar e armazenar em sistema corporativo global as perdas associadas ao risco operacional.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

A estrutura de Controles Internos do Conglomerado combina três linhas de defesa:

- 1ª linha: Linhas de Negócios e Operações:
 - 1º grau: geralmente no início de uma operação e durante o processo de validação, realizado pelos próprios operadores no controle dos riscos existentes e potenciais de suas atividades;
 - 2º grau nível 1: após a confirmação da operação, por uma pessoa diferente daquela que iniciou a operação.
 - 2ª linha: Riscos e Compliance:
 - 2º grau nível 2: supervisão por áreas independentes e especializadas em controles permanentes, assegurando que os riscos operacionais e controles estejam bem gerenciados e que as atividades estejam em conformidade com as leis e regulamentações.
 - 3ª linha: Auditoria
 - Controles periódicos de todas as atividades.
- **Risco de reputacional**

O monitoramento do risco reputacional visa proteger a instituição do risco de perda resultante de danos à reputação da instituição, em perda de receita; aumento de custos operacionais, de capital ou destruição do valor do acionista, causado por um evento adverso ou potencialmente criminoso, mesmo que a empresa não seja considerada culpada.
 - **Prevenção a lavagem de dinheiro**

A prevenção relacionada à Lavagem de Dinheiro consiste na possibilidade da instituição financeira sujeita à legislação de PLD estar exposta a atividades ilícitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, muitas vezes através de seus clientes.
 - **Risco de sanções internacionais**

Sanções internacionais são medidas adotadas por países ou organizações internacionais para punir ou restringir determinadas ações de governos ou entidades específicas. No caso de nossa instituição, o risco inerente a esse cenário é monitorado no caso de um cliente sancionado perder a capacidade de honrar com seus compromissos junto à instituição, causando perdas financeiras.
 - **Risco legal**

O risco legal é definido como o risco de descumprimento de obrigação contratual, legal que potencialmente ou efetivamente resulte (i) em litígio, indenização ou pagamento de qualquer penalidade a uma contraparte, ou a um ex-colaborador – litígio trabalhista; (ii) em processo administrativo ou penalidade/sanção por autoridade competente para o acompanhamento e fiscalização das atividades do Conglomerado, incluindo obrigações fiscais e previdenciárias e seu monitoramento é constante.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- **Risco social, ambiental e climático**

O Conglomerado possui diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para o gerenciamento de seu risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais na sociedade que possam resultar de operações com seus clientes e fornecedores.

O risco social, ambiental e climático é monitorado regularmente como parte do processo de revisão anual dos clientes e fornecedores, direcionando as particularidades de clientes que não estão em conformidade com suas políticas socioambientais. Cada operação é analisada pelas Áreas de Negócios em conjunto com as áreas de Risco de Crédito, Compliance, Desenvolvimento Sustentável na Matriz CACIB. Os clientes classificados como sensíveis, sob a ótica socioambiental elevada, são discutidos em Comitê de Avaliação de Operações na Matriz CACIB.

- **Risco de segurança cibernética**

A gestão de risco de segurança cibernética visa antecipar, monitorar e conter riscos de propagação de vírus, fraude interna/externa, destruição lógica e roubos de dados do Conglomerado.

- **Risco de descontinuidade dos negócios**

O Plano de Continuidade de Negócios é estabelecido para garantir a capacidade do Conglomerado em superar e conter os efeitos adversos de uma situação de crise e/ou desastres severos (por exemplo, a inacessibilidade do local de trabalho, de dados e equipamentos), bem como proteger os seus interesses fundamentais. A gestão de continuidade de negócios abrange principalmente quatro tópicos: análise de impacto nos negócios; soluções de continuidade de negócios; formalização da documentação de gestão de crise; teste e manutenção de soluções de continuidade de negócios.

- **Risco regulatório**

O risco de não-conformidade é definido pela realização de um, ou mais processos, serem realizados de maneira errada ou diferente da maneira estabelecida por normas regulatórias e/ou políticas internas (não-conformidade) e é monitorado por todas as áreas responsáveis.

- **Risco país e de transferência**

O Risco País e de Transferência é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a outros países além do Brasil, em especial:

- Evento de risco no país onde se localiza a matriz que possui controle acionário de uma contraparte, ou onde se localiza o emissor de instrumento mitigador de risco associado à exposição de crédito (risco país indireto);
- Entraves na conversão cambial de recursos localizados fora do Brasil e necessários à liquidação de obrigação assumida por uma contraparte perante o Conglomerado (risco de transferência);
- Situação creditícia de uma contraparte que seja um governo central estrangeiro (risco soberano).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Seu monitoramento é realizado em conjunto com a análise de crédito das contrapartes, de forma regular, de acordo com política interna.

Os índices de capital foram apurados conforme as Resolução CMN nº 4.955 de 21 de outubro de 2021. O índice de Basileia para 30 de junho de 2025 é de 20,47%, conforme apuração demonstrada no quadro abaixo:

	30/06/2025
PR - Patrimônio de Referência	2.769.147
Capital social e reservas, reavaliações e reservas de lucro	2.692.023
Ajustes de reavaliação patrimonial	72.407
Ajuste prudencial	(349)
Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	5.066
Ativos ponderados pelos riscos (RWA)	13.527.626
Risco de crédito (RWACpad)	11.520.055
Privado bancário	4.554.139
Privado não bancário	6.960.372
Público não bancário	5.544
Risco de mercado (RWAMpad)	109.816
Exposição cambial	89.837
Exposição de juros	19.979
Risco operacional (RWAOpad)	994.354
Risco em derivativos (RWACVA)	903.401
PR mínimo requerido para RWA	1.082.210
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.686.937
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	44.672
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.642.265
Adicional de Conservação de Capital	338.191
Índice de Basileia	20,47%
Índice de Basileia amplo	20,40%

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes que demandem ajustes ou divulgação adicional às presentes demonstrações financeiras.

Assinaturas

Diretor Financeiro: Jean-Christophe Gilbert

Contador: Felipe Mendes da Silva